

# Uma discussão sobre desenvolvimento regional na perspectiva de Tania Bacelar

*Osmar Faustino de Oliveira*

Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico/Prefeitura Municipal de Pedro Velho-RN

Recebido: 21/05/2019 Versão revisada (entregue): 31/03/2020 Aprovado: 28/04/2020

## Resumo

O lento crescimento econômico que, durante muitas décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolveram recentemente na região. Uma das características importantes da economia nordestina é o proeminente papel exercido, nos anos recentes, pelo setor público. É evidente que o Estado patrocinou o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, entretanto, pode-se afirmar que sua presença foi fundamental para explicar a amplitude e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. O presente estudo tem como objetivo discutir o desenvolvimento regional no Brasil e no Nordeste na visão da economista Tania Bacelar por meio de uma revisão de suas principais pesquisas. A autora aponta que a primeira década do século XXI abre com melhorias em políticas nacionais horizontais e setoriais, que têm rebatimento regional positivo na batalha contra as disparidades regionais. Embora as políticas públicas de desenvolvimento adotadas pelos governos Lula e Dilma tenham sido insuficientes diante da magnitude dos problemas, elas propiciaram enormes avanços sociais, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

**Palavras-chave** | Desenvolvimento regional; economia nordestina; SUDENE; Tania Bacelar.

**Código JEL** | B31 R11 R38

## A discussion on regional development from the perspective of Tania Bacelar

### Abstract

The slow economic growth, which for many decades characterized the northeastern economic environment, has been replaced by the strong dynamism of numerous activities that have recently developed in the region. One of the important characteristics of the Northeastern economy is the prominent role played in recent years by the public sector. It is evident that the State strongly sponsored economic growth in the various Brazilian regions. In the Northeast, however, it can be said that its presence was a fundamental factor to explain the breadth and directions of the economic growth that occurred in recent decades. The present study aims to discuss Regional Development in Brazil and the Northeast in the view of Tania Bacelar through a bibliographic review of her research. The author concludes that the decade in the beginning of the 21st century opens with improvements in national horizontal and sectorial

policies that consider regional extension and have a positive regional impact in the battle against regional disparities. And public development policies were carried out by the Lula and Dilma government, although they were insufficient in the face of demand, they sparked huge social advances, especially in the North and Northeast regions.

**Keywords** | Northeastern economy; regional development; SUDENE; Tania Bacelar.

**JEL-Code** | B31 R11 R38

## Una discusión sobre desarrollo regional en la perspectiva de Tania Bacelar

### Resumen

El lento crecimiento económico que, durante muchas décadas, caracterizó el entorno económico del noreste fue reemplazado por el fuerte dinamismo de actividades que recién se han desarrollado en la región. Una de las características importantes de la economía del noreste es el destacado papel desempeñado, en los últimos años, por el sector público. Es evidente que el Estado patrocinó fuertemente el crecimiento económico en las diversas regiones brasileñas. En el noreste, sin embargo, se puede afirmar que su presencia fue fundamental para explicar la amplitud y las direcciones del crecimiento económico que se produjo en las últimas décadas. El presente estudio tiene como objetivo discutir el desarrollo regional en Brasil y el noreste desde la perspectiva de la economista Tania Bacelar a través de una revisión de su producción intelectual. La autora indica que la primera década del siglo XXI comienza con mejoras en las políticas nacionales horizontales y sectoriales, que tienen un impacto regional positivo en la lucha contra las disparidades regionales. Aunque las políticas públicas de desarrollo llevadas a cabo por los gobiernos de Lula y Dilma fueron insuficientes ante la magnitud de los problemas, ellas provocaron avances sociales, especialmente, en las regiones norte y noreste.

**Palabras clave** | Desarrollo regional; economía del noreste; SUDENE; Tania Bacelar.

**Código JEL** | B31 R11 R38

### Introdução

No início do século XXI foi vivenciado em um contexto em que a economia mundial caminhava razoavelmente bem e no qual a China, que acelerara seu crescimento, tornara-se importante compradora das *commodities* brasileiras. Sendo um fator essencial no desempenho da economia nacional, mesmo em tempos de inflação resistente, mais bem suportada no país do que em décadas anteriores (ARAÚJO, 1997; 2015).

Com o que foi discutido acima, segundo Araújo (1997), na região Nordeste (20% do território brasileiro) vivem 29% da população do país. Originam-se, aproximadamente, 14% da produção nacional total, medida pelo Produto Interno

Bruto (PIB), 12% da produção industrial e quase 21% da produção agrícola. Compete advertir que na região habitam 23,5% da população urbana do Brasil e 46% de sua população rural. O vagaroso crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino (ARAÚJO, 1997), foi substituído pelo forte dinamismo de várias atividades que se desenvolveram ultimamente na região. A pobreza, entretanto, permanece a ser uma das características mais marcantes do Nordeste quando se relaciona com o contexto nacional. É um traço remoto que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu modificar (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018; ARAÚJO, 1997).

Então, a experiência do planejamento regional nordestino ocorreu nos anos 1950 a 1980, em que a economia do Nordeste começou a evoluir de acordo com o andamento da economia brasileira, e os anos 1980 e 1990 proporcionaram como características a crise do Estado e o avanço da onda neoliberal. Com isso, a visão neoliberal provocava não ter Estado, não ter política regional (ARAÚJO, 2015; 2013a).

Com o que foi discutido acima, o presente estudo tem como objetivo discutir o Desenvolvimento Regional no Brasil e no Nordeste na visão da economista Tania Bacelar por meio de uma revisão de literatura de suas pesquisas.

### **Referencial teórico e discussões da temática e dos resultados abordados por Tania Bacelar**

No início dos anos 1960 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi aplicado esforços e recursos federais para realização de estudos, como também, a adoção de recursos naturais do Nordeste. Em particular de recursos minerais e no incremento de base econômica, sobretudo nos transportes e energia elétrica. Esses investimentos apresentaram uma forte função para o futuro do dinamismo dos investimentos nos exercícios privados, tanto no setor industrial e no terciário (ARAÚJO, 1997).

Empregando elementos que conferem o desempenho da economia brasileira no seu total com o de sua parte localizada no Nordeste, verifica-se o avanço dos referentes indicadores de participação relativa dessa região na economia do país entre 1960 e 1990 e a participação no PIB somou de 13,2% para 17,1% (ARAÚJO, 1997).

No total, entre 1960 e 1990, o PIB do Nordeste quase sextuplicou, passando de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 50 bilhões. A partir dos anos 60, impulsionadas pelos incentivos fiscais (34/18 – Fundo de Investimento no Nordeste – FINOR e isenção do imposto sobre a renda, principalmente), por investimentos de empresas estatais do porte da

PETROBRAS (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e Banco do Nordeste do Brasil – BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989, a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9%, sendo que, em 1990 (ano da seca, que afetou consideravelmente a produção da zona semiárida), esse percentual caiu para 12,1%. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3%, e o terciário cresceu de 49,9% para 58,6%, segundo dados da SUDENE para o período. No início dos anos 60, a SUDENE, recém-criada, concentrou esforços e recursos federais na realização de estudos e pesquisas sobre a dotação de recursos naturais do Nordeste (em particular de recursos minerais) e na ampliação da oferta de infraestrutura econômica (transportes e energia elétrica, sobretudo). Tais investimentos tiveram um papel importante para o posterior dinamismo dos investimentos nas atividades privadas, tanto no setor industrial como no setor terciário (ARAÚJO, 2000b, p. 3-4).

Em função das particularidades das composições produtivas de cada região brasileira o Nordeste foi menos atingido pela crise dos anos 1980, que afetou mais densamente o setor industrial e, dentro dele, os segmentos produtores de bens de capital e de consumo duráveis. Tais segmentos não têm grande presença no tecido industrial do Nordeste (ARAÚJO, 1997). De tal modo, que ao especializar-se mais na produção de bens intermediários, dedicando parte importante às exportações, a indústria recentemente instalada no Nordeste combateu melhor aos efeitos da desaceleração da economia brasileira. Paralelamente, em sua porção oeste, às margens do submédio São Francisco e no Vale do Açu (RN), implantou uma moderna agricultura de grãos e importantes polos de fruticultura, ambos para exportação, o que o ajuda a opor-se aos efeitos da contração da demanda interna, podendo localizadamente melhor confrontar-se a crise nacional. Segundo dados da Sudene (1992)<sup>1</sup>, igualmente o setor de serviços tem tido desempenho bastante plausível na região, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, expondo taxas de crescimento anual positivas e superiores à média do país (ARAÚJO, 1997; 2007).

Uma das características importantes da economia do Nordeste é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público. É evidente que o Estado patrocinou fortemente o crescimento econômico

---

<sup>1</sup> <http://www.sudene.gov.br>.

nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. Direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região nos anos 70 e 80. Segundo dados da Sudene (1992), atividades como bens imóveis e serviços às empresas; atividades financeiras; produção de energia elétrica e abastecimento de água; serviços comunitários sociais e pessoais, destacaram-se como atividades muito dinâmicas e, na maioria delas, o investimento público foi fundamental. Aliás, o setor público tem, no Nordeste, maior peso na formação bruta de capital fixo total do que na média nacional. Investindo, produzindo, incentivando, criando infraestrutura econômica e social, o Estado se fazia presente com grande intensidade na promoção do crescimento da economia nordestina (ARAUJO, 1977, p. 12).

Tania relata que no global, as décadas de 1960 a 1980, o Nordeste foi a região que exibiu a mais alta taxa média de crescimento do PIB, no país. De 1960 a 1988, a economia nordestina ultrapassou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%. Entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano) (ARAUJO, 2000b).

Segundo a autora, com o planejamento regional que vai dos anos 1950 a 1980, a economia do Nordeste começa a crescer de acordo com a trajetória da economia brasileira. Nos anos 1980 e 1990 tem-se a crise do Estado de Bem-estar Social e o avanço do modelo neoliberal no Brasil. Com esse novo modelo neoliberal, que sugere menos estado na economia, tem impacto negativo nas políticas de desenvolvimento regional. Tania relata que o início do século XXI, a crise financeira diminui um pouco, e, que o Estado pareceu buscar um certo protagonismo. Então, o povo começou a ver políticas nacionais com mais força do que nas duas últimas décadas do século XX. No primeiro período da política regional de 1959 a 1964, o foco era a desigualdade inter-regional. Havia de fato, segundo a autora, uma ameaça à unidade nacional. Celso Furtado levanta essa bandeira, da ameaça de desintegração da nação, porque havia um dinamismo tão forte na região Sudeste, e o Nordeste, devido sua grande população. O mesmo não ocorre com o Norte, que tinha apenas 4% da população brasileira. O Nordeste tinha 30%, e estava perdendo, porque 30% da população do país não conseguiam se desenvolver. Por isso aconteceu essa ênfase na política e no planejamento para uma macrorregião. Foi a partir dos anos 2000 que começou uma tentativa de voltar a presença do Estado na economia. Com isso, houve uma redução da crise, não é muito, mas a relação com a dívida pública líquida caiu, segundo Tania Bacelar. Na margem de folga é que o Estado tenta assumir uma maior força, só que aí não predominam as políticas regionais, mas, sim, as políticas nacionais (ARAUJO, 2000a; 2015).

Nos anos de 2000 para cá houve uma tentativa de voltar com a presença maior do Estado. Houve um certo arrefecimento da crise, não é muito, mas a relação com a dívida pública líquida cai, criando-se uma margenzinha de folga. Na margem de folga, é que o Estado tenta assumir uma maior presença, só que aí não predominam políticas regionais, mas, sim, políticas nacionais. Esse é um ponto importante: volta a atuação do Estado, mas fazendo políticas que a gente chamava, seguindo um trabalho coordenado por Jorge Jatobá, de políticas regionais *implícitas*. Por exemplo, pensando nos dias atuais, a Petrobras veio aqui e fez a refinaria em Pernambuco, ou o Governo Federal investe no Porto de Pecém, no Ceará. Quer dizer, é toda uma série de políticas públicas que não passam pelas instâncias regionais, não passam pelo Ministério da Integração, não passam pela Sudene, que sequer toma conhecimento, não passa nem pelo Banco do Nordeste (ARAÚJO; GUIMARÃES NETO, 2015, p. 203).

Então, as políticas regionais são as políticas nacionais que têm um rebatimento regional, que são positivas na guerra contra à desigualdade regional.

O artigo 18 iniciou as incitações, sendo este o segundo plano diretor, aprovado depois do golpe. Segundo Tania, o artigo 34 tinha colocado dois impedimentos. Para Celso Furtado, não podia ser empresa multinacional e quem era o optante não podia ser favorecido. Com esses dois condicionantes, ele seguiu a cláusula. Com o artigo 18 do Segundo Plano Diretor, desmoronaram as duas hierarquias, e teve início na região um processo de oligopolização em que estava em fluxo no Brasil. Mas Furtado já não estava na Sudene, pois foi depois do golpe, no Segundo Plano Diretor em 1965 (ARAÚJO, 2015; 2014).

### **A passagem de Tânia Bacelar pela SUDENE**

A economista e socióloga Tania Bacelar operou 30 anos na Sudene, especializou-se em economia regional, contudo com um pensamento multidisciplinar, transitando pela geografia, o urbanismo e a política, além da economia.

A socióloga e economista construiu uma trajetória profissional recheada de momentos marcantes para a história do Brasil. Um aspecto relevante na sua carreira foi a atuação na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde começou a trabalhar em 1966, quando ainda era estudante universitária, tendo chegado à diretora de Planejamento Global (1985/86). Sua histórica ligação com a Sudene não a afastou de outras experiências. Em paralelo, lecionava na academia, onde hoje é professora aposentada, mas ainda participa de

bancas nas universidades, foi eleita professora emérita pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Tânia também ocupou cargos públicos. Foi secretária de Planejamento (1987-88) e da Fazenda de Pernambuco (1988-90), secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife (2001-02) e secretária Nacional de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003). Tânia também foi convidada, e integra até hoje, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, o Conselho, formado por 13 ministros e 90 representantes da sociedade civil<sup>2</sup>.

A passagem de Tania pela Sudene foi de suma importância. A autora relata que a Sudene fazia infraestrutura, que desenvolvia equipes no Nordeste, que investia em educação, que estruturou as Secretarias de Educação do Nordeste. Não era a Sudene dos incentivos, era a Sudene da pesquisa de recursos naturais, em que o departamento mais importante era o de Recursos Naturais (DRN), e não de Indústria. O DRN, o Recursos Humanos e a Infraestrutura eram o coração da Sudene no Primeiro Plano Diretor. Isto é uma Sudene completamente distinta da depois do golpe (ARAUJO, 2015).

Ainda segundo Tania Bacelar, a Sudene era a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Nordeste. Porque não tinha gente formada em quantidade necessária. Com isso, ela formou economistas, agrônomos, veterinários. A Sudene estava preocupada no desenvolvimento regional, como a educação por exemplo. Em relação à Sudene de recursos naturais, que investigava a água, o minério, a da cartografia, essa era a Sudene de Furtado, segundo a autora, e ano tinha nada a ver com incentivo. Isso era uma Sudene, a outra é a que chega depois do golpe. Esta é a Sudene dos incentivos, que calha com o Segundo Plano Diretor, que é de 1965. A partir do artigo 18, o incentivo toma cálculo do volume dos recursos que entram devido ao sistema 34/18 que aumentariam, enquanto os recursos próprios oriundos do Orçamento Federal diminuiriam (ARAUJO, 2015).

Tania traz uma questão importante, a Reformista, sendo importantíssimo a experiência de um pacto federativo numa instância que o Brasil não tem até hoje, que é empenho regional. Isso era o que pensava Furtado: juntar o Governo Federal com os governos estaduais, ou seja, um Conselho Deliberativo. Esse era mais importante do que a Secretaria Executiva, onde ficavam os corpos técnico e administrativo. A Secretaria era o órgão de apoio para que o Conselho funcionasse de forma eficiente (ARAUJO, 2015). Ele representava um pacto federativo entre os governos federal e estaduais. Ministros e governadores determinando o que fazer com o Nordeste. Isto é, criar estratégias de desenvolvimento regional.

---

<sup>2</sup> [https://ibase.br/userimages/dv\\_ibase\\_45\\_entrevista.pdf](https://ibase.br/userimages/dv_ibase_45_entrevista.pdf); Acesso em: 17/04/2020.

Segundo Tânia Bacelar (2015), a lei que cria a Sudene é que dá dinheiro à própria. Ou seja, tirando o dinheiro que era do fundo da seca e depositando no orçamento da Sudene. Já que deposita no orçamento, é necessário ter um instrumento para usar esse dinheiro, sendo estes, os planos diretores. Daí vem a disputa, por esses recursos. Por exemplo, se o Nordeste não tinha estradas, a Sudene bancava uma política de financiamento de rodovias. Segundo a autora, existia articulação regional para definir os produtos e os recursos das duas esferas de governo. Existia um modelo de reestruturação das secretarias estaduais de educação, satisfazendo a uma preocupação estratégica que se reproduzia também em outros setores. Era desse modo que a Sudene trabalhava em seus primeiros anos (ARAÚJO, 2015).

O segundo momento foi organizado com base em incentivos. O sistema de incentivos foi criado pelo artigo 34 da lei do Primeiro Plano Diretor, só que esses dois condicionantes não funcionavam. No Segundo Plano consta o artigo 18, que quebra os dois condicionantes. O optante já podia investir em sua própria empresa. Por exemplo, a Hering estava lá no Sudeste, renunciava aos 50% do Imposto de Renda, depositava o dinheiro no Banco do Nordeste, trazia o projeto, aprovava na Sudene, e ela mesma podia depositar o dinheiro no projeto dela no Nordeste. O Artigo 34 não permitia isso, ou seja, quando permitiu a Hering ir para o Nordeste e fez uma fábrica com 6 mil funcionários (ARAÚJO, 2015).

Segundo Tania, o projeto de Furtado era reformista. O Brasil naquele período, prosseguia a trajetória de inserção reprimida ou se faziam as reformas de base. No Brasil, a discussão praticamente era essa, foi o que relatou Tania na sua passagem pela Sudene. O projeto da Sudene engancha na segunda alternativa. O pressuposto era o Brasil das reformas de base para engancha o Nordeste nesse momento, mas ele estava filiado a uma das alternativas que foi a perdedora em 1964. Com o golpe, decidiu-se que não era o Brasil das reformas de base, mas, sim, seria o país dos “50 anos em cinco”, implantado num ambiente mundial. E foi esse ideal que ganhou. A vitória política definiu o fim do que era a proposta reformista da Sudene. A Sudene teve que se engatar na proposta de desenvolvimento que o Brasil esteve a partir do golpe, que é o que se chamava de modernização monarca. A instituição passou a fazer parte do projeto de modernização conservadora e não mais do Brasil que queria fazer reformas agrária e de educação. Isso ficou para depois, ou seja, ficou para até os dias atuais (ARAÚJO, 2015).

O Primeiro Plano da Sudene era desse outro projeto do Brasil, tanto que ela teve que encarar as elites conservadoras do Nordeste. Ela foi criada contra essas elites. A lei de sua criação passa um ano no Congresso. Logo após o primeiro Plano Diretor passar um ano no Congresso. Segundo Araújo (2015), porque era apenas a comissão da Sudeste que poderia obter votos. A bancada progressista do Sudeste contra a bancada do Nordeste, que era a maioria conservadora. Também tinha a contradição dentro da região, porque a Sudene era uma cunha na proposta conservadora da região, que tinha bases sólidas. Celso Furtado era apresentado



como comunista, o seu nome saiu na principal lista de abolidos pelo golpe (ARAUJO, 2015).

Era outro valor no país todo, era outro projeto, era continuar o Brasil grande potência a qualquer custo social, sem se preocupar com a sociedade, teve impacto no Nordeste. A Sudene já não era o *locus* de oposição, ela foi perdendo porque como é que vai discutir isso em um conselho onde os governadores são indicados e não podem criticar o Governo Federal. Aquela energia social e política que havia no Conselho, acabou (ARAUJO, 2015).

O Conselho era mais admirável, a Secretaria Executiva ajudava o grupo, estabelecia as reuniões. E, sobretudo, executava as atividades da instituição, como os planos diretores. Tania relata que a Secretaria não era pequena, era ampla, para poder cumprir esse duplo papel. Isto é, preparava e encaminhava a matéria a ser submetida ao Conselho, e depois dava seguimento ao que foi determinado. Tinha que ter uma base técnica consistente para fazer as duas coisas. Mas quem governava não era a Secretaria, era o Conselho (ARAUJO, 2015).

Segundo Tania, a correia de repasse é a segunda, até então, já submetida à decisão nacional, em que o rumo do Brasil segue em direção à modernização conservadora e do Brasil como a oitava potência industrial a qualquer custo. Esse era o caminho que havia sido tomado pelo golpe e não tinha mais o que debater, nem o que fazer. Com tudo isso, Celso Furtado era atacado pela direita e pela esquerda. A esquerda considerava o seu projeto reformista e não revolucionário. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) não usa palavra reforma agrária, quando se refere, por exemplo, às mudanças necessárias na Zona da Mata fala em “diversificação produtiva”. Como a bandeira dos movimentos sociais era “reforma agrária na lei ou na marra”, é claro que, para eles, Furtado era apenas reformista (ARAUJO, 2015).

Ainda segundo Araújo (2015), os grandes grupos de fora que vieram para o Nordeste, dominavam na Bahia e em Pernambuco, grande parte dos incentivos que se agrupam nas três grandes metrópoles, regionais: Recife, Salvador e Fortaleza. No caso, Recife e Salvador. No Ceará, são os empresários locais que conseguem acessar o sistema 34/18. Daí a renovação empresarial do Ceará, o que não ocorreu na Bahia e em Pernambuco. Segundo Tania Bacelar, essa nova burguesia é filha da Sudene (ARAUJO, 2015).

Muito importante foi a extensão dos incentivos para outros setores, porque aquele modelo funcionava na indústria, mas não funcionava na agricultura, nem em outros setores. Quando eles foram desviados para outros setores, foi problemático, devido, por exemplo, à necessidade de ser empresa de capital acionário, e não de natureza familiar, como exigia a Sudene. Por isso que na agropecuária aumenta a chance de corrupção, e essa ocorreu em grande escala – o tal “boi da Sudene”. Parte dos nossos coronéis foi para os incentivos; o geógrafo Mario Lacerda

mostra que no Agreste foi uma tragédia, contrariando o que Furtado propunha. Em vez de se promover alimento, matou-se a agricultura alimentar para botar o boi (ARAUJO, 2015, p. 211).

A abordagem de Collor contra a Sudene tem um poder de explicação para esse fato. Primeiro, ele deu uma pancada quando fez a perseguição aos funcionários, mandando todo mundo para casa. Com essa pancada no corpo técnico, a Sudene nunca mais se restaurou. E, segundo, criou as debêntures, que, de qualquer jeito, eram uma inovação, porque existiam aquelas que eram conversíveis, e o recebedor tinha que pagar. Era essa a crítica do general, que pronunciava ser um interesse de transformar dinheiro público em patrimônio privado. Como tinha essa crítica, as debêntures colocaram essa diferença, porque parte delas tinha que voltar para o fundo. O momento de voltar para o fundo foi exatamente quando a Sudene foi extinta. Tudo faz crer que havia interesses por trás do fim desse órgão, de gente que tinha enriquecido com o sistema de incentivos e já na fase das debêntures chegara o momento de pagar (ARAUJO, 2015).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) teve início do Núcleo de Assistência Industrial (NAI), que era um aparelho da Sudene. As Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), que deram origem a todo planejamento agrícola dos estados. A modernização das secretarias estaduais de saúde, educação, agricultura, indústria foram financiadas pela Sudene (ARAUJO, 2015).

Segundo Tanina Bacelar:

A fase do macrorregional, quem inventou o Nordeste foi Celso Furtado, porque o Nordeste antes da Sudene era o Nordeste do IBGE, no qual a Bahia não era Nordeste, era Leste, o Maranhão era Meio-Norte. O GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) é que deu lógica a uma outra região. Como queria tirar gente do Semiárido para colocar no Maranhão, ele teve que trazer o Maranhão para área da Sudene, e trouxe a Bahia. A Bahia veio a contragosto, mas veio até hoje ela quer ser o Sudeste. O IBGE depois chancelou o que o GTDN definiu. Veja a força do GTDN depois, quando criou a macrorregião Nordeste, é a macrorregião de atuação da Sudene. “O Maranhão era Meio-Norte e a Bahia era Leste. O semiárido era Bahia, como tratá-lo sem a Bahia? Então, a Bahia vem para cá. Como é que vai levar o povo daqui para o Maranhão se o Maranhão não é Nordeste? Então, o Maranhão é Nordeste. A área de atuação da Sudene redefine o Nordeste do IBGE” (ARAUJO, 2015, p. 212-213).

O Nordeste surge como região limpa, precisamente. Pois bem, hoje questiona-se essa noção de macrorregião no Nordeste. Porque a dinâmica do Nordeste na

atualidade introduz caracterizações muito importantes. Por exemplo, no tempo de Celso Furtado, não se pensava no cerrado da Bahia, porque não tinha nem nação nem economia, e hoje é uma das economias mais fortes do Nordeste. Só que não é Nordeste, aquilo, como bioma, é cerrado, como o processo de ocupação, é uma extensão do cerrado brasileiro e quem domina lá é o gaúcho, e é chamada de Nordeste (ARAÚJO, 2015).

No campo do planejamento regional, Guimarães Neto (1997) destaca que se trata com visão de curto prazo os problemas estruturais seculares. Para Guimarães Neto (1997, p. 44), a desigualdade regional está firmada no modo de “concentração e desconcentração e seu esgotamento”, cedendo sempre para as regiões mais atrativas para o capital estrangeiro e para os subespaços mais eficazes levados por meio de políticas setoriais e macroeconômicas. A seletividade espacial apadrinha a Bahia. No ano de 1990, um terço das exportações do Nordeste era oriundas da Bahia (ARAÚJO, 1997).

A eficácia do local, no Brasil, surge da redemocratização. Porque parte para a redemocratização, a força política é municipalista, o Partido dos Trabalhadores (PT) é municipalista. A política de Arranjos Produtivos Locais (APL) não está na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Quem comanda a política de APL não é o Ministério da Integração, mas, sim, o Ministério do Desenvolvimento, unido com a Ciência e Tecnologia, com ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A política regional discorreu com ela, mas ela nasce no Sebrae e vai para o Ministério da Indústria. Essa onda de APL vem por aí, não vem pelo Ministério da Integração (ARAÚJO, 2013c; 2015).

Eu saí do dia a dia da Sudene para fazer a pós-graduação, financiada por ela. Foram cinco anos na França. Quando eu voltei, a Sudene já estava na fase decadente. Já não me encontrei na Sudene. Por coincidência, dr. Miguel Arraes foi eleito em 1986 e me chamou para ser Secretária de Planejamento. Nos conhecemos através de Jäder de Andrade. Naquela época era diferente das campanhas de hoje. O candidato tinha um grupo técnico que fazia o programa de governo. Vivíamos a fase da redemocratização, na qual o candidato tinha que dizer a que veio. Jader, uma pessoa maravilhosa, era o coordenador do grupo técnico. Eu trabalhei no grupo do programa. Tive reuniões com o governador e, no final, ele me chamou para integrar o Governo. Era um governo de ruptura em Pernambuco e num contexto muito adverso da economia do país e do estado (1987...), hiperinflação, crise da dívida... E dr. Arraes voltara do exílio, encontrando o país muito diferente do que deixara. Foi uma experiência interessante. Com um ano de governo, o secretário da Fazenda se desestabilizou face a atuação do movimento sindical, e ele me colocou para responder pela Fazenda enquanto escolhia outro Secretário. Eu passei dois meses acumulando as duas secretarias. Um belo dia, durante o carnaval, ele me

chama para dizer que estava procurando um secretário de Planejamento, porque eu ia ficar na Fazenda. Foi uma grande experiência, até mesmo porque este é um ambiente essencialmente masculino. E esse cargo implica em muito relacionamento com os empresários, e isso no governo Arraes era difícil, pois ele não tinha boa relação com o meio empresarial. Assim, tive um aprendizado importante ao exercitar o diálogo com o mundo empresarial nesse contexto político. Essa experiência no setor público me deu a visão de que economia e política são irmãs siamesas e que é preciso que o diálogo se faça permanentemente. Que, portanto, você precisa ter uma leitura política a cada iniciativa. Na Fazenda, principalmente, eu apreendi isso numa conjuntura difícil: tinha que saber com quem você conversava, quem vai ser contra e a favor as medidas que o Governo implementa. Você tem que construir politicamente cada medida econômica. Foram muitas experiências: uma escola incrível (ARAÚJO, 2015, p. 263-264).

## **Passagem de Tania Bacelar pelo governo do Partido dos Trabalhadores**

Segundo Tania Bacelar:

A última experiência pública que tive foi na Secretaria de Políticas Regionais do então Ministério da integração nacional, no primeiro governo Lula. Aí foi diferente. O governo federal é mais fácil, pois os problemas estão mais distantes do gestor. O mais difícil é a instância municipal. Mas se aprende que no nível Federal as pressões vêm através de outros mecanismos. São experiências completamente diferentes. Todas marcaram, sem dúvida, a minha formação, e me ajudaram a entender como lidar com a política. Todos os três cargos que assumi eram governos que substituíam governos conservadores. E dr. Arraes me deu uma lição. No meu primeiro despacho com ele, me disse: olhe, nós ganhamos o governo, mas não ganhamos o Poder e devemos continuar na oposição. Entendeu? Eu respondi que não. Ele disse: vá pensar e depois a gente conversa. Três despachos depois, ele perguntou: pensou no que eu lhe disse? Pensei. Entendeu? Eu disse, continuo sem entender bem... Ele disse, então vou lhe explicar: nós ganhamos somente o governo. O poder é outra coisa, completamente diferente e está em muitos outros lugares. Não se encante com o poder. Nós não ganhamos o poder. Isso para mim foi uma lição de vida enorme, de uma pessoa experiente que sabia distinguir as duas coisas. Em uma frase, ele definiu o meu comportamento no exercício do cargo que exerci. E a vivência foi me dando exemplos... O Tribunal de Justiça, por exemplo, onde predominavam indicados pelos governos anteriores, as demandas da Secretaria da Fazenda tendiam a ser negadas. Perdíamos frequentemente.... Outro aprendizado estava na outra frase do governador: ganhamos o governo, mas precisamos continuar na oposição.... Fui aprendendo que a estrutura administrativa que

recebemos não estava organizada para implementar o programa de governo vitorioso nas eleições. Uma parte grande da população, por exemplo, não tinha acesso à luz elétrica, a maioria no meio rural, vivendo em residências dispersas no território, atomizada... E a solução técnica de uma das melhores empresas do Brasil na época (a CELPE) era para atender à demanda concentrada nas cidades. Para a demanda dispersa, a solução da época era economicamente inviável. Tínhamos que encontrar outra solução técnica. E isso era um desafio grande. Mas Pernambuco o enfrentou e conseguiu praticamente universalizar o acesso à luz elétrica. Outra lição: quando você entra no governo, perde sua autonomia. Sabe a hora que entra e não sabe a hora que sai. Isso, para um acadêmico, é muito difícil. Ele é responsável pelo que ele diz, pelo que faz. E decide o que fazer. No Governo, não. Por exemplo, quando dr. Miguel Arraes saiu para se candidatar, eu quis sair e ele não deixou: articulou politicamente minha permanência e inviabilizou minha saída. Foi esse o motivo pelo qual passei um bom tempo sem assumir cargos em governo. Porque que eu ia perder minha possibilidade de escolha (ARAUJO, 2015, p. 266 e 267).

Segundo Araújo (2013a; 2015), uma coisa foi a era Fernando Henrique, outra, a era Lula. O projeto de país não era o mesmo e, portanto, a discussão do regional, também não. A discussão do regional com Fernando Henrique era a seguinte segundo Tania: Brasil em Ação e do Avança Brasil. É a inclusão concorrente do Brasil na globalização.

Segundo Araújo (2013a; 2015), a sugestão de Fernando Henrique é distinta da proposta de Lula, a sugerida proposta do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é bem diferente da proposta do Partido dos Trabalhadores (PT). É isso que esteve em jogo nesta eleição a de 2014, para presidente. A proposta do PSDB é inserção competitiva de pedaços dinâmicos do Brasil no mundo. Já a proposta do PT foi uma proposta de inserção do Brasil dentro do Brasil. Por isso que o PT foi tão criticado. O PT mudou a política externa, mudou as políticas comerciais e mudou as políticas dentro do país. Ou seja, ele olhou para dentro, a dinâmica é para dentro. É uma proposta completamente diferente, não é possível colocar isso tudo no mesmo eixo. São concepções diferentes de país, em que uma a prioridade é olhar para dentro para aplicar o potencial que tem o Brasil, para soldar o país, sem esquecer, claro, que ele está inserido internacionalmente desde sempre, desde que foi descoberto. Ele não é autônomo. Parte disso é coisa que vem de fora, grande e cada vez maior parte. Segundo Tania, isso nunca foi esquecido. Agora, o eixo é dinamização do mercado interno, não é inserção de pedaços do Brasil na economia mundial, é diferente a proposta. Tanto que a política externa é diferente, a política de dinamismo na economia é distinta. “A política regional tem que dialogar com essas duas diferenças, “se não a gente vai botar tudo no mesmo saco” (ARAUJO, 2015, p. 221).

Tanto o PSDB quanto o PT são localistas. O PT é municipalista. Talvez como Ana Cristina falou, na luta contra a ditadura, o espaço era o espaço local e o inimigo era o nacional. O próprio PT começa a chegar ao poder pelos municípios. Ele vai chegar ao poder nacional no segundo momento; no primeiro momento, a sua ascensão política é nos municípios. Esse viés localista e municipalista dos dois partidos era muito grande. Agora, o viés globalista do PSDB é muito maior, porque ele é paulista. O PSDB reflete isso e, nesse sentido, é muito mais paulista do que o PT. Ele tem também um conteúdo paulista forte, mas tem o Rio Grande do Sul que puxa para um lado, tem outras correntes no PT. São Paulo é cosmopolita, só que São Paulo não é Brasil. É um pedaço de mundo no Brasil e os paulistas se sentem assim eles dialogam com o mundo, e o Brasil é um detalhe. E isso impregna o projeto do PSDB com muita força e articula interesses internacionais muito poderosos. Uma política mais voltada para a dinâmica interna do país. Quem puxou a economia do Brasil e o dinamismo das nossas regiões foi o consumo. Parte da revolução que o Nordeste sofreu foi “injeção de renda na veia”! Foi isso que explicou parte do dinamismo que aconteceu aqui, mas não aconteceu aqui somente, não, aconteceu no Brasil todo, mas no Nordeste teve uma força muito maior. O aumento do salário mínimo no Nordeste alcança 70% dos ocupados. Em São Paulo, são 20%, 25%. Então, bota 70% dos ocupados nordestinos passando de 200 para 800 reais. Aí entende-se Campina Grande, Mossoró, todas as cidades médias que alavancaram no Nordeste (ARAUJO, 2015, p. 221-222).

Segundo Tania, a proposta do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para o Nordeste é a fruticultura e turismo. O Turismo articulado internacionalmente progrediu ultimamente e foi o turismo interno. Pois eram brasileiros do Brasil inteiro vindo para o Nordeste e gostando, enchendo os hotéis nordestinos e gerando emprego e renda no ramo da hotelaria voltada para o turismo. Essa não é a proposta do turismo na visão de Fernando Henrique, que previa *resorts* na beira da praia para trazer turistas de avião dos Estados Unidos, que nem querem vir, porque há outros lugares melhores para visitar, já que o Brasil é um país subdesenvolvido (ARAUJO, 2015).

O governo Lula junto com o Ministério do Desenvolvimento Regional no início do governo, teve como foco a política nacional de desenvolvimento regional. Ou seja, tinha que ser tratada em múltiplas escalas, tinha que ter uma lógica macrorregional, e nesse nível só tinha duas regiões: Norte e Nordeste. Porque aí o viés é o da desigualdade e o governo Lula soube investir. Em todos os brasis, inclusive o das eleições, tem um Brasil para cima outro para baixo. Então, na escala macro, temos duas regiões que precisam de política regional explícita Norte e Nordeste. O Centro-Oeste, não. Essa região é uma extensão da dinâmica do Sudeste e os padrões de vida são muito mais parecidos com os do Sul e Sudeste, este era um corte. O segundo corte era sub-regional, porque a discussão de que

existem várias realidades intrarregionais também é verdadeira, e é pela instância federal, porque são regiões que abarcam vários estados (ARAUJO, 2013a; 2015).

Além do crédito ao consumo, fazer jus o desempenho do crédito ao investimento no Nordeste dos anos recentes. E os bancos públicos desempenharam papel importante nesse contexto, merecendo destaque o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BNDES. No caso deste último, os desembolsos para o Nordeste apresentam elevação nítida nos anos recentes, pelo financiamento a projetos estruturadores de um novo momento na região (ARAUJO, 2014; 2007).

O aspecto, em vários estados da região, de projetos formidáveis, como hidrelétrica (MA), plantas de energia eólica (BA, PI, CE e RN), refinarias (PE e CE), estaleiros (PE, AL, BA e MA), siderúrgicas (MA e CE), indústrias de celulose (MA e BA), indústria automotiva (PE) e petroquímica (PE), entre outros.

Duas consequências do novo formato de fazer a economia do país se desenvolver podem ser ainda destacados quando se faz a leitura regional. O inicial é que, no período 2003-2010, “as taxas de desenvolvimento da economia do Norte (5,4%), do Centro-Oeste (5%) e do Nordeste (4,9%) apresentaram-se mais elevadas que a média nacional (4,4%) e que as do Sudeste (4,5%) e Sul (3,4%)” (ARAUJO, 2014, p. 550).

O desmonte do velho tripé do semiárido: o complexo gado-algodão-policultura, no qual o algodão praticamente desapareceu. E isso está promovendo alterações importantes, como o avanço do ovino caprinocultura, o crescimento de lavouras permanentes em bases patronais, como a produção de uva e manga (Juazeiro-Petrolina), de melão irrigado (RN e CE), de milho (SE e BA), de banana e abacaxi irrigados e, em alguns casos, produzidos por multinacionais, no Vale do Açu (RN) e na Chapada do Apodi (CE), de café (BA), entre outros. Em paralelo, pequenos produtores se firmam em novas bases, como os produtores de mel (PI e CE), de flores (CE e PB), entre outros. A redução do peso relativo do complexo sucroalcooleiro, que declina sua importância na região e no contexto nacional. Com o avanço do uso da cana-de-açúcar para produção de etanol, desde meados da década de 1970 do século passado, o Sudeste e o Centro-Oeste assumem a liderança dessa atividade. E o Nordeste, com um parque fabril antigo e uma base agrícola menos competitiva, vai perdendo espaço nessa atividade. O avanço dos investimentos na indústria de transformação, que dinamizam o setor no Nordeste e definem um novo perfil da base industrial: novos segmentos se fazem presentes em vários estados, como foi aqui observado. Com isso, a região aumenta seu peso na produção industrial do país nos anos recentes: representava 8% em fins da década de 1990 e passa para 9,3% nos últimos anos da primeira década do século XXI. O destaque, nesse caso, vai para Pernambuco, que vinha em um nítido processo de desindustrialização e atrai um importante bloco de investimentos em vários setores da atividade de transformação industrial. O vigor da construção civil, estimulada pela

implantação dos investimentos industriais, pela implementação de importantes projetos de infraestrutura econômica e social e pelo dinamismo da atividade imobiliária nas cidades da região. O avanço da integração da porção oeste do Nordeste na moderna base produtora de grãos do país, sob o comando predominante de empreendedores de fora da região. Em estudo recente para o BNB.

Embora, por meio dos avanços obtidos, alguns desafios precisarão serem enfrentados no futuro próximo. Compete, desde logo, não perder, ainda que convergências possam ter sido observadas, a dimensão da desigualdade regional herdada se reflete em qualquer indicador socioeconômico que se tome, como a taxa de mortalidade infantil ou a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais. Vazios desafiadores permanecem entre o Brasil urbano e o rural, introduzindo diferenciais mesmo nas regiões mais pobres (ARAUJO, 2014).

O agrupamento econômico que favoreceu o Sudeste e o Sul no século XX, foi marcada pelo forte panorama do desenvolvimento regional brasileiro. Vale observar que o “Nordeste rebatia 12,4% da economia do país em 2000 e, com todas as alterações aqui destacadas, replica por 13,4% em 2010. Ou seja, em 10 anos, ganhou apenas um ponto percentual, e continua abrigando quase 28% dos brasileiros em seu território” (ARAUJO, 2014, p. 557-558). Logo, o lucro domiciliar médio mensal no Nordeste não chega a conceber dois terços da média nacional e é cerca de 55% da média do Sudeste, conforme informações do Censo Demográfico de 2010.

Nas décadas de 1980 e 1990, a crise da dívida externa e o processo inflacionário refrearam o crescimento econômico e as políticas de desenvolvimento regional. Emergiram as políticas de curto prazo e assim, a oclusão da Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Nas décadas de 2000, diminui a participação da região Sudeste no setor industrial, chegando a 62%. As regiões Sul e Sudeste obtiveram ganhos significativos diante do processo de desconcentração industrial. O inchaço urbano nas cidades e uma profunda desigualdade na rede urbana foi uma das marcas do Brasil na virada do século XXI. Mesmo com as restrições econômicas do Plano Real, com taxas de juros elevadas, aumento do déficit externo e grande carga tributária advieram mudanças que criaram condições para as ações do governo Lula. A política de desenvolvimento regional é tratada de modo periférico no Pacto Federativo. Esse tangenciamento, influenciado pelas crises financeiras no Brasil nos anos de 1980 e 1990, gerou a perda de legitimidade político-institucional da atual política de desenvolvimento regional no Brasil. Para o autor, os resultados insatisfatórios dessa política refletem em pouca alteração nas estruturas produtivas regionais e na permanência da desigualdade econômica relativa. Essa limitação de visão sobre a questão regional é tida como um entrave para se pensar e traçar ações estruturantes de



desenvolvimento regional para regiões periféricas do Brasil (BRITO; THEIS; SANTOS, 2019).

Porém, ficam à margem o Pacto Federativo, os Fundos Constitucionais de incentivo ao Desenvolvimento Regional, bem como, não se realizam uma Reforma Tributária, esse é um dos entraves do Brasil, isso constitui que: “onde tem terra, tributo, os embates não são à toa” (ARAUJO, 2013b, p. 31).

A década no início século XXI abre com melhorias em políticas nacionais horizontais e setoriais ponderam a extensão regional e têm rebatimento regional positivo na batalha às disparidades regionais (ARAUJO, 2013b).

Contudo, no século XXI, as políticas públicas de desenvolvimento realizadas pelos governos Lula e Dilma, embora serem insuficientes diante da demanda, acenderam enormes avanços sociais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Tais políticas, significam aparências positivas para o desenvolvimento urbano regional que tiveram aprovação do povo, dada a expressividade dos eleitores em favor desses projetos de governo (BACELAR, 2013b).

Referência entre os especialistas na área social e econômica, Tânia é conhecida pela defesa de políticas públicas em favor da parte de baixo da pirâmide social brasileira. A convite do ex-presidente Lula, participou do conselho político criado nos governos do PT com técnicos de vários segmentos para contribuir com sugestões e críticas. Essa foi sua trajetória no governo do PT<sup>3</sup>.

### **Momento atual do Brasil segundo Tânia Bacelar**

Na atualidade, segundo Tania, existiu um grande avanço na nova dinâmica demográfica. Ou seja, aumento da nova pirâmide etária no envelhecimento. Isso, graças aos novos avanços na tecnologia e na medicina. O novo dinamismo das cidades médias, com novas oportunidades de empregos. Expansão do comércio, indústria e serviços ligados à agricultura.

Segundo a autora, os avanços sociais relevantes desde a C.F/ 88, com valorização do salário mínimo, das políticas sociais, redução da pobreza, melhoria na desigualdade social, avanços no acesso à educação superior, valorização da diversidade. Até o final da década de 1990, houve pouco progresso na redução das disparidades de renda no Brasil, contudo, na última década, as melhorias socioeconômicas foram evidentes e notáveis internacionalmente (ARAUJO, 2017; TINOCO; GIAMBIAGI, 2018).

---

<sup>3</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572896-nossa-elite-e-interessante-todos-liberais-e-dependentes-do-estado>; Acesso em: 18/04/2020.

A inflação dispara em 2015 e perde força em 2016 e início de 2017, o desemprego teve forte elevação em 2016 e 2017 devido à crise econômica. A massa salarial real sofre forte queda em 2015 a 2017 afetando negativamente o consumo. O Brasil de 2015 em diante cresce *déficit* primário o que põe foco no ajuste fiscal (ARAUJO, 2017).

A crise econômica prossegue forte e é mantida pela crise política. A crise econômica densa interage com a crise política. A operação Lava Jato prossegue a impactar nos investimentos em tecnologia, infraestrutura. E, sustenta tensão no ambiente político, levando instabilidade ao governo, mesmo pós saída de Dilma. Nos anos de 2015 a 2017 continua apropriado para poucos. Por exemplo, para o sistema financeiro e rentistas, o agronegócio, exportadores após a melhoria no câmbio, investidores em energia eólica, investidores externos em ativos baratos (ARAUJO, 2017).

O Brasil é competidor globalmente em proteína e em frutas. Por isso, precisa-se retomar os estudos sobre as questões do Brasil rural. Não se pode sustentar uma mentalidade do século passado. O Novo Tempo é a da energia renovável e limpa. “Já temos a matriz energética mais diversificada do mundo, temos tecnologia, e ainda temos o elementar: terra, água, conhecimento e possibilidades de comparecer mundialmente no novo cenário que está aí” (ARAUJO, 2010, p. 247).

O problema do Brasil não é de crescimento econômico. Nós já retomamos o crescimento. Foi uma das mudanças que fizemos. O problema do Brasil é o de como continuar a construção da nação brasileira. E nós não vamos ser uma nação importante no cenário mundial do século XXI com o tamanho da desigualdade social e regional que herdamos do século passado. Esse é o nosso grande desafio, e era a grande preocupação da obra de Furtado. A preocupação permanente de Furtado era a desigualdade social. A incompatibilidade entre o tamanho dessa fratura e a consolidação de uma nação. Esse é o grande desafio do Brasil. Nós não retomamos o crescimento por meio das exportações. Retomamos o crescimento pelo consumo interno, atendendo à demanda insatisfeita das famílias de renda intermediária. Isto significa que essa força estava amortecida. Bastou um pouquinho de distribuição de renda para ativar esse potencial. Nos últimos anos, o Nordeste não foi revisitado porque tem salários baixos, mas foi revisitado porque o consumo aqui liderou as taxas de crescimento do consumo nacional, como foi mostrado na exposição de Jair do Amaral Filho. Ele analisou os dados da pesquisa sobre as vendas no varejo e mostrou claramente: quem puxa o varejo é Norte e Nordeste. Mas a “máquina de gerar desigualdades” no Brasil é muito mais profunda do que isso. Essas conquistas ainda são muito insuficientes para tirar proveito do que realmente é o potencial do nosso País e para desmontar a “máquina de gerar desigualdades”. A educação é fundamental. Não vamos nos enganar achando que seremos uma potência importante sem enfrentar o problema da educação. Todos

sabem isso. Aí está um desafio importante. Essa é uma discussão de peso e uma agenda importante para o futuro. Nós já começamos a mudar. Eu diria que foi de uma timidez enorme o esforço que se fez, diante do desafio que temos à frente (ARAÚJO, 2010, p. 247-248).

Segundo Araújo (2013c; 2017), o Brasil na conjuntura interna contemporânea não está favorecendo o ambiente. Existem crises muito intensas, radicalização de posições que não favorece o diálogo, a instabilidade da representação política e desgaste dos políticos como a corrupção, padrões de representatividade e legitimidade. Essa é a situação atual do desenvolvimento econômico e regional na visão de Tania Bacelar.

### **Considerações finais**

Como ficou demonstrado pelas análises até aqui procedidas, no Brasil dos anos recentes, pela autora Tania Bacelar, já no novo contexto de abertura, predomínio da integração competitiva e estabilização, parece se confirmar a tendência a interromper a desconcentração espacial do crescimento que ocorria nos anos 1970 e 1980, quando a análise é feita em escala macrorregional. Essa suspensão vem sendo conduzida pelo mercado e referendada pelas políticas públicas federais de corte nacional. Em marcos regionais, resistem órgãos e políticas herdadas do passado, com diminuída aptidão de impactar as realidades regionais e responder às novas forças que tendem a se concretizar.

Diante do exposto, Tania Bacelar conclui com a preocupante a inserção do Brasil na economia globalizada, em que tal distinção de investimentos tende a aumentar as desigualdades regionais internas e alerta “aos atores globais interessam apenas os espaços competitivos do Brasil. Espaços identificados a partir de seus interesses privados e não dos interesses do Brasil” (ARAÚJO, 1997, p. 31). Além disso, chama atenção para o fato da desconcentração espacial caracterizada pela abertura comercial, mudanças tecnológicas e o crescente desempenho da logística para decisão da localização dos estabelecimentos, como, a ação intensifica os incentivos dos governos locais.

A ausência de explícitas políticas regionais por parte do governo federal, que abriu espaço à deflagração de uma guerra fiscal entre estados e municípios, que buscam contribuir para consolidar alguns focos de dinamismo em suas áreas de atuação. A combinação desses dois fatos vai deixando grandes áreas do país à margem: são os ditos espaços não-competitivos.

Portanto, a concentração econômica beneficiou o Sudeste e o Sul no século XX, embora enfraquecida, ainda é uma marca muito forte no cenário do desenvolvimento regional brasileiro. Vale lembrar que o Nordeste respondia por

12,4% da economia do país em 2000 e, com todas as mudanças aqui destacadas, responde por 13,4% em 2010.

Uma das características importantes da economia do Nordeste é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público. É evidente que o Estado protegeu densamente o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas e o papel importante da Sudene segundo a autora.

Conclui-se que na região Nordeste 20% o território brasileiro vive 29% da população do país. Originam-se, aproximadamente, 14% da produção nacional total medida pelo PIB, 12% da produção industrial e quase 21% da produção agrícola. Compete destacar que na região residem 23,5% da população urbana do Brasil e 46% de sua população rural. O lento crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi ocupado pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolveram recentemente na região. A pobreza, porém, continua a ser uma das características mais marcantes do Nordeste quando visto no contexto nacional, segundo Tania Bacelar.

### Referências

ARAUJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ARAUJO, Tania Bacelar de. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste? Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Recife: UFPE, 2000a.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: ARAÚJO, T. B. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000b.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Brasil: desafios de uma política de desenvolvimento regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. **Políticas de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 2007, p. 155-172.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Comunicação de Tania Bacelar: encerramento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7. 2010, p. 245-249. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109221751220.CD7\\_0\\_232\\_14.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109221751220.CD7_0_232_14.pdf) Acesso em: 29 de jun. 2020.

ARAUJO, Tania Bacelar de. **Brasil**: territorialidade e políticas públicas: curso de ambientação para analista técnico de políticas sociais. Brasília: ENAP, 2013a.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (Org.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2013b p. 39-52.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013c, p. 157-171.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014, p. 540-560.

ARAUJO, Tania Bacelar de. **Brasil**: conjuntura econômica e as PEC 55 e 287. Recife: CEPLAN Consultoria Econômica, 2017.

ARAUJO, Tania Bacelar de; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A macrorregião Nordeste e os modelos de planejamento e desenvolvimento regional: entrevista concedida a Hermes Magalhães Tavares e Cidoval Moraes de Sousa. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015, p. 199-224.

BRITO, Vivian Costa; THEIS, Ivo Marcos; SANTOS, Gilberto Friedenreich. O Nordeste brasileiro: a escala regional no interior da unidade nacional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 3, p. 122-138, 2019.

GTDN-Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2 ed. Recife: Sudene, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 15, p. 41-99, jun. 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; ARAUJO, Tania Bacelar de. **Nordeste**: a persistência da pobreza (= Relatório de Pesquisa para Estudo sobre a Pobreza do Brasil). Campinas: Unicamp, 1991 [mimeo].

SUDENE-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Importações e exportações do Nordeste do Brasil, 1974/80**. Recife: Sudene, 1985.

TINOCO, G.; GIAMBIAGI, F. **O crescimento da economia brasileira, 2018-2023**. Brasília: BNDES/ Departamento de Pesquisa Econômica, 2018. 61 p.

Endereço para correspondência:

*Osmar Faustino de Oliveira* – osmarfaustino@yahoo.com.br  
Rua João Pessoa, 181 – Centro  
59196-000 Pedro Velho/RN, Brasil